



## Vigilantes de Alagoas fecham entrada de shopping em protesto contra reforma trabalhista



**Vigilantes fecharam a entrada do shopping (Crédito: Cortesia ao TNH1)**

Um grupo de vigilantes fechou, no início da manhã desta quarta (7), a entrada de um shopping no bairro de Cruz das Almas, em Maceió. O ato faz parte de uma campanha dos vigilantes no Nordeste contra a implantação de regras da reforma trabalhista na convenção coletiva da categoria.

Os profissionais aproveitaram para cobrar da empresa responsável pela segurança no shopping que garanta o direito ao descanso de uma hora na jornada dos vigilantes, que é de 12 horas corridas.

Das 6h às 9h, o acesso ao shopping ficou bloqueado e uma breve reunião entre a empresa e os manifestantes, no local do ato, chegou ao acordo quanto ao período de descanso. Outro

encontro será marcada para discutir as demais demandas da categoria.

“A reforma trabalhista reduz o valor da hora extra, acaba com a escala de intervalo interjornada... Não aceitaremos a implantação da reforma dentro da nossa convenção”, afirmou o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas, Cícero Ferreira.

Participaram da campanha Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe e Bahia.

O shopping informou que não irá se pronunciar sobre o assunto. O TNH1 ainda não conseguiu contato com a empresa de segurança.

Fonte: TNH1

# Vigilantes de Pernambuco mobilizados para garantir conquistas



Os Bancos das cidades de Petrolina, Salgueiro e Serra Talhada, no sertão de Pernambuco, não funcionam nesta quarta-feira (7). O motivo do não atendimento aos clientes, é uma paralisação de advertência dos vigilantes das agências bancárias e outras instituições financeiras.

A mobilização está sendo organizada, pelo o Sindicato do Vigilante em todo o estado de Pernambuco, que está em campanha salarial da categoria. Segundo o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Petrolina, Laécio Vasconcelos, já foram realizadas duas rodadas de negociação com as empresas de vigilância e nenhum acordo foi fechado.

“Eles querem tirar todos os nossos direitos conquistados na nossa convenção coletiva, com o pretexto de que a nossa categoria siga a nova lei trabalhista. Mas nós não aceitamos, porque a

lei diz também que o negociado prevalece sobre o legislado. É direito conquistado, não abrimos mão”, afirma Laécio Vasconcelos.

Os vigilantes pedem 7% de reajuste no piso base da categoria que, hoje é de R\$ 1.109,00. Além de reajuste do vale alimentação de R\$ 18,00 para R\$ 23 reais, mantimento da jornada de trabalho de 12 por 36 horas e intrajornada de 1 hora de descanso para o almoço. Outro ponto que os vigilantes querem é que a homologação do acordo coletivo continue sendo dentro do sindicato e não dentro das empresas, como querem os patrões.

Uma nova rodada de negociação está marcada para esta quinta-feira (8), em Recife. Caso não haja avanço, a paralisação dos vigilantes pode permanecer por tempo indeterminado.

Fonte: Sindesv/PE



# Bancos fecham durante paralisação de vigilantes em Natal

**Protesto aconteceu na manhã desta quarta-feira (7) na capital potiguar. Vigilantes cobram apresentação de proposta salarial das empresas.**



Apenas caixas eletrônicos funcionaram em algumas agências bancárias de Natal, durante paralisação de vigilantes (Foto: Alexandre Chompo/Inter TV Cabugi)

Várias agências bancárias suspenderam o atendimento durante a manhã desta quarta-feira (7), em Natal, durante paralisação dos vigilantes, que cobram apresentação de proposta dos patrões na negociação salarial de 2018. De acordo com o sindicato que representa a categoria, a paralisação segue até as 14h.

Enquanto algumas agências pararam os serviços, pela falta de segurança, outras continuaram atendendo durante a manhã. O Sindicato dos Vigilantes preferiu não estimar quantos bancos fecharam as portas na capital potiguar. “Foram muitos”, declarou o diretor Francisco Benedito, ao G1.

Agências dos principais bancos, no centro da cidade, estão fechadas. Elas não podem funcionar sem vigilância armada.

De acordo com Francisco Benedito, a paralisação de advertência acontece por causa das negociações relativas à negociação anual dos salários dos vigilantes. A data-base da categoria é o mês de fevereiro e, embora a pauta tenha sido apresentada em dezembro, até agora as empresas não teriam apresentado nenhuma proposta.

“Não apresentaram nada de proposta. A única coisa que eles têm é uma pauta de retirada de direitos da CLT. Eles querem contratar os vigilantes em horário intermitente, diminuir hora de almoço para meia-hora, além de reduzir o tempo de descanso”, ressaltou.

A categoria quer reajuste da inflação mais 5% de ganho real. Atualmente, o salário-base dos vigilantes potiguares é de R\$ 1.295. O movimento é articulado com vigilantes de outros seis estados.

Fonte: G1



Vigilantes fazem paralisação em bancos de Natal (Foto: Divulgação/Sindsegur)

# Vigilantes que prestam serviço no Ministério do Esporte estão há dois meses sem receber tíquete alimentação



O benefício do tíquete alimentação está no contrato que o Ministério do Esporte tem com a empresa prestadora de serviço. No entanto, há dois meses a empresa parou de pagar o tíquete, assim como aconteceu em outros órgãos mas, através de negociação, conseguimos restabelecer o benefício, pois os vigilantes precisam do mesmo para o sustento de suas famílias.

Já encaminhamos dois ofícios ao Ministério

do Esporte solicitando que o órgão determine à empresa o pagamento aos vigilantes. No entanto, não tivemos qualquer retorno positivo sobre o assunto.

Tal situação vem causando transtornos à vida de pais e mães de família que sempre contaram com o tíquete como importante complementação de suas rendas e que hoje se veem desamparados por total omissão do órgão, pois bastaria uma ordem à empresa para que o benefício fosse restabelecido.

Nesse sentido, apelamos, mais uma vez ao órgão para que o benefício seja restabelecido aos vigilantes com todos os valores devidos.

Fonte: Sindesv/DF

The graphic has a red background with a yellow-to-red gradient at the top. A map of Brazil is visible in the center, with a red banner across it that says 'VIGILANTES'. The text 'VIGILANTE' is in large yellow letters, 'PISO NACIONAL' is in large yellow letters, and '3 MIL REAIS' is in large white letters. At the bottom, there are logos for 'CONFEDERAÇÃO, FEDERAÇÕES E SINDICATOS DE VIGILANTES', 'UNI global union', and 'CUT BRASIL'.

# TST suspende revisão de súmulas para discutir rito previsto na Reforma Trabalhista



O Tribunal Superior do Trabalho suspendeu a sessão do Tribunal Pleno convocada para esta terça-feira (6) para discutir propostas de revisão de súmulas e orientações jurisprudenciais em função das mudanças introduzidas pela Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017). A suspensão foi pedida pelo presidente da Comissão de Jurisprudência e Precedentes Normativos, ministro Waldir Oliveira da Costa (foto), no sentido de esperar o julgamento de arguição de inconstitucionalidade do artigo 702, inciso I, alínea “f” da CLT, que estabelece o procedimento para edição e alteração da jurisprudência do Tribunal.

Segundo Oliveira da Costa, o artigo contraria a competência do TST para uniformizar a jurisprudência trabalhista e viola o artigo 99 da Constituição Federal, que prevê a autonomia do Poder Judiciário. Para o ministro, não caberia ao Legislativo definir sobre questões que digam respeito ao Regimento Interno do TST.

Outro argumento foi o de que a Lei 7.701/1988, ao atribuir ao Pleno a competência para aprovar os enunciados da súmula da jurisprudência predominante em dissídios individuais, se sobrepôs ao artigo 702 da CLT no tocante à matéria. Assim, o dispositivo não poderia ser repristinado,

ou seja, voltar ao ordenamento jurídico nos mesmos termos daquele que foi suprimido. “Nenhuma lei que já perdeu vigência poderia ser revigorada”, afirmou.

Diante da suspensão, ficou decidido que a Comissão de Jurisprudência deverá examinar a questão da constitucionalidade do artigo 702 e apresentar uma proposta a ser examinada pelo Pleno. Somente a partir desta definição é que deverá ser marcada nova sessão para rediscutir a revisão das súmulas.

## Intertemporalidade

Também na sessão, o Pleno decidiu criar uma comissão, composta por nove ministros, que, no prazo de 60 dias, estudará a questão da aplicação da Reforma Trabalhista no tempo. A comissão, presidida pelo ministro Aloysio Corrêa da Veiga e composta pelos ministros Vieira de Mello Filho, Alberto Bresciani, Alexandre Agra Belmonte, Waldir Oliveira da Costa, Mauricio Godinho Delgado, Augusto César de Carvalho e Douglas Alencar Rodrigues, se dividirá em dois grupos, que estudarão os aspectos de direito material (aplicação ou não da nova legislação aos contratos de trabalho vigentes) e de direito processual (aplicação aos processos já em andamento).

O resultado do trabalho será a proposição de edição de uma Instrução Normativa, que, segundo o presidente do TST, ministro Ives Gandra Martins Filho, sinalizará para os juízes e Tribunais do Trabalho o entendimento do TST a respeito dessa questão, garantindo a segurança jurídica na aplicação dos novos diplomas legais.

Fonte: TST